

DELEGADO DE POLÍCIA
EDITAL Nº 002.2020 – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

01 - DIREITO ADMINISTRATIVO	
<p>À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, existe possibilidade de ajuizamento de ação contra agente público por danos causados no desempenho de suas atribuições? Por quê? Responda mencionando a teoria adotada pela Constituição da República em matéria de responsabilidade civil do Estado. Seu texto deve ter de 10 a 12 linhas.</p>	
<p>Crítérios eliminatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questão em branco. • Qualquer tipo de identificação. • Fuga à proposta. 	
<p>Crítério 1: Afirma que a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público (não há necessidade de citar esta última parte), sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (RE 1027633 – não há necessidade de citar o julgado).</p>	Pontuação máxima: 5
<p>Crítério 2: Afirma que a Constituição da República de 1988 adota a teoria do risco administrativo em matéria de responsabilidade civil do Estado, definindo tal modalidade como responsabilização estatal.</p>	Pontuação máxima: 4
<p>Crítério 3: Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.</p>	Pontuação máxima: 1
Pontuação máxima da questão:	
10	

02 - DIREITO CONSTITUCIONAL

“O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de relatoria do ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin, foi concluído na tarde desta quinta-feira (13)”.

(Notícia veiculada no site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.)

Considerando o trecho da notícia acima veiculado, qual foi a inovação jurisprudencial havida no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 26? Complemente a resposta apontando a(s) consequência(s) prática(s) de tal julgamento para a tipificação penal dos atos de homofobia e transfobia. Seu texto deve ter de 10 a 12 linhas.

Critérios eliminatórios:

- Questão em branco.
- Qualquer tipo de identificação.
- Fuga à proposta.

Critério 1:

Afirma que o julgamento do Supremo Tribunal Federal consolida tendência da Corte de imprimir maior efetividade a seus julgados em caso de detecção de omissão legislativa inconstitucional, de modo que a Corte não se limita a declarar a mora legislativa, mas vai além, e fixa a disciplina transitória que será vigente até que haja a edição da legislação correlata, o que, na espécie, deu-se em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

Pontuação máxima:
3

Critério 2:

Afirma que, como primeira consequência prática do julgado, até que haja a edição de legislação voltada a implementar os comandos constitucionais insertos no art. 5º, inc. XLI (a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais), e inc. XLII (a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei), as condutas homofóbicas e transfóbicas estarão sujeitas aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, lei de crimes raciais, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (o candidato pode citar os dispositivos e/ou transcrevê-los, bem como citar a lei mencionada e/ou o tema de que esta trata).

Pontuação máxima:
3,5

Critério 3:

Afirma que, como segunda consequência prática do julgado, a prática de homicídio doloso por razões de homofobia ou transfobia é circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe, conforme Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine” (o candidato pode citar o dispositivo e/ou transcrevê-lo).

Pontuação máxima:
2,5

Critério 4:

Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.

Pontuação máxima:
1

Pontuação máxima da questão: 10

03 - DIREITO PENAL

Suponha que no dia 01/12/2020 a mulher M.X. procurou uma delegacia de polícia para registrar um boletim de ocorrência, alegando sofrer violência doméstica diante do seguinte relato:

M.X. conta que seu marido, J.X., monitora-a constantemente, sempre perguntando com quem ela fala, de quem recebeu mensagem, se conhece fulano ou beltrano, sempre insinuando um tom de desconfiança. Algumas vezes, J.X. chega a pedir para vasculhar o aparelho celular de M.X., que às vezes cede a essa pressão. Isso a faz se sentir constantemente vigiada e manipulada, pois acaba evitando qualquer contato com homens, sejam amigos ou mesmo colegas de trabalho. M.X. também se sente manipulada em relação aos métodos contraceptivos do casal, pois, embora prefira que J.X. use preservativo de látex nas relações sexuais, ele sempre a convence a não usar. Isso acontece por meio de chantagens emocionais, pois J.X. insiste que o preservativo lhe tira a sensibilidade e, se falhar na “hora h”, se sentirá “menos homem”. Como M.X. não deseja engravidar, acaba fazendo o possível para evitar as relações sexuais no seu período fértil (prática conhecida como “tabelinha”). Ela não recorre a pílulas anticoncepcionais, pois foram contraindicadas pelo seu médico. Além disso, J.X. se opõe ao uso de qualquer método contraceptivo por considerar isso pecado. Nesse contexto, as discussões são constantes e, embora não ocorram xingamentos ou agressões físicas, M.X. se sente verdadeiramente atingida. Nas brigas mais sérias, M.X. diz que quer sair de casa e ficar um tempo fora, mas J.X. sempre esconde a chave do carro do casal e M.X. acaba desistindo e ficando em casa. Por fim, M.X. diz que leu o que é violência doméstica na Lei Maria da Penha e quer “tomar medidas criminais” contra J.X., mas não quer pedir medidas protetivas de urgência.

Na qualidade de delegado(a) de polícia à época do relato, elabore uma manifestação fundamentada na legislação penal aplicável à matéria sobre a possibilidade ou não de instauração de inquérito policial para apurar o caso (não é necessário abordar aspectos processuais ou eventuais providências cíveis aplicáveis). Nessa manifestação, deve-se dizer se o caso narrado configura ou não (ao menos em tese) alguma(s) das modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na legislação especial. Seu texto deve ter de 10 a 12 linhas.

Critérios eliminatórios:

- Questão em branco.
- Qualquer tipo de identificação.
- Fuga à proposta.

Critério 1:

Afirma que não cabe a instauração de inquérito policial, argumentando que os fatos relatados não constituem crime, pois não se amoldam a nenhum tipo penal (são condutas atípicas, portanto).

Pontuação máxima:

3

Critério 2:

Fundamenta a atipicidade no princípio da legalidade (não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal), apresentando como fundamento legal o art. 1º do Código Penal e o art. 5º, XXXIX, da Constituição da República.

Pontuação máxima:

2,5

Critério 3:

Afirma que o caso narrado configura, ao menos em tese, as seguintes modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na legislação especial:

- a) Afirma que os fatos relatados em tese se amoldam às hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentando como fundamento legal o art. 7º, incisos II, III e IV, da Lei 11.340/2006.
- b) Argumenta que, em tese, haveria violência psicológica por haver conduta de J.X. que visa controlar o comportamento (ou as ações) de M.X. mediante vigilância constante, violação da intimidade e/ou manipulação.
- c) Argumenta que, em tese, haveria violência sexual por haver conduta de J.X. que impede M.X. de usar qualquer método contraceptivo mediante manipulação e/ou chantagem.
- d) Argumenta que, em tese, haveria violência patrimonial por haver conduta de J.X. que configura retenção de bens que também pertencem a M.X.

Pontuação máxima:

6

Critério 4:

Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.

Pontuação máxima:

1

Pontuação máxima da questão:

12,5

04 - DIREITO PENAL

Considere o seguinte caso hipotético:

A.A. pede que B.B. adquira pequena quantidade da substância usualmente chamada de maconha (*cannabis sativa*), afirmando que seria para o consumo de A.A. Diante do pedido, B.B. vai a um conhecido ponto de venda de drogas e adquire aproximadamente 3 g da referida substância. De posse dela, B.B. procura A.A. e faz a entrega, sem cobrar nenhuma quantia de dinheiro em razão disso.

Com base nesse caso, considere os possíveis desdobramentos a seguir:

1. A.A. era na verdade um agente policial e, tão logo B.B entrega a substância, B.B. é preso em alegado flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas, nos termos do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006. Posteriormente, o laudo pericial constata que a substância era de fato *cannabis sativa*.
2. De posse da substância, A.A. é abordado pela polícia militar e revistado, sendo encontrada com ele a referida substância. Ouvido perante a autoridade policial, A.A. conta que adquiriu a substância de B.B. Diante disso, a A.A. foi imputada a prática do crime previsto no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, e a B.B. foi imputada a prática do crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006. Posteriormente, o laudo pericial constata que a substância era de fato *cannabis sativa*.

Justificando sua resposta com base na teoria do delito e com fundamento legal e jurisprudencial (no que houver), responda com um texto de 10 a 12 linhas:

- Houve crime praticado por B.B. no desdobramento 1? Justifique.
- Numa perspectiva meramente formal, houve crime praticado por A.A ou por B.B. no desdobramento 2? Justifique.
- Elenque os princípios penais que eventualmente poderiam ser utilizados para se afirmar que A.A e B.B não cometeram crime no desdobramento 2. Justifique.

Critérios eliminatórios:

- Questão em branco.
- Qualquer tipo de identificação.
- Fuga à proposta.

Critério 1:

Afirma que não houve crime praticado por B.B no desdobramento 1.
Justifica com base na teoria do delito, argumentando que se trata de crime impossível, identificando a figura do agente provocador, tratando-se de flagrante provocado/armado.
Fundamenta com o art. 17 do Código Penal e com a súmula 145 do STF.

Pontuação máxima:
4

Critério 2:

Afirma que em tese no desdobramento 2 houve crime praticado por ambos (ao menos numa perspectiva meramente formal), justificando, com base na teoria do delito, que as condutas são formalmente típicas e não incide nenhuma causa de justificação ou excludente de culpabilidade.

Pontuação máxima:
2,5

Critério 3:

Argumenta sobre a possibilidade de se afastar o caráter criminoso da conduta de A.A. no desdobramento 2 pelos princípios da ofensividade (ou lesividade – também é possível abordar como princípio da alteridade) e insignificância, respectivamente, porque se trata de autolesão e não haveria qualquer ofensa juridicamente relevante ao bem jurídico em questão.

Pontuação máxima:
2,5

Critério 4:

Argumenta sobre a possibilidade de se afastar o caráter criminoso da conduta de B.B. no desdobramento 2 pelos princípios da ofensividade (ou lesividade) e insignificância (ver precedente no HC 127573/SP do STF), respectivamente porque haveria perigo meramente abstrato ao bem jurídico em questão e porque eventual ofensa ao bem jurídico não seria juridicamente relevante.

Pontuação máxima:
2,5

Critério 5:

Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.

Pontuação máxima:
1

Pontuação máxima da questão: 12,5

05 - DIREITO PROCESSUAL PENAL**Leia o texto abaixo.**

Em data de 04/11/21 (quinta-feira), T.W. foi presa em flagrante pela prática do crime de porte de arma de fogo previsto no art. 16 da Lei 10.826/2003 (*Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena: reclusão, de 3 a 6 anos, e multa*).

Após a prisão, T.W. foi encaminhada à 2.ª Divisão Policial, onde foi ouvida e teve seus direitos todos respeitados. O delegado de polícia deixou de arbitrar fiança; a entrega da nota de culpa foi realizada 48 horas após a lavratura do auto de prisão em flagrante, e, ato contínuo, sua prisão foi comunicada ao juiz em atendimento às formalidades legais. T.W. foi encaminhada no primeiro dia desimpedido da pauta para a audiência de custódia (08/11/21 – segunda-feira), momento em que o Ministério Público exarou parecer pela homologação da prisão em flagrante e pela sua conversão em prisão preventiva.

T.W. foi mantida algemada durante a audiência de custódia, sob a justificativa de que há nos autos certidão que atesta que possui em trâmite um termo circunstanciado referente ao art. 65 da Lei 9.605/98 (*Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. Pena - detenção, de 3 meses a 1 ano, e multa*), cuja audiência preliminar está agendada para o mês vindouro.

Diante da situação exposta, verifique a regularidade dos procedimentos que envolveram a prisão de T.W. e esclareça qual é o caminho a ser adotado por parte do magistrado após ouvir o Ministério Público e a defesa na audiência de custódia, indicando os fundamentos doutrinários e legais que embasam a resposta. Seu texto deve ter de 12 a 15 linhas.

Critérios eliminatórios:

- Questão em branco.
- Qualquer tipo de identificação.
- Fuga à proposta.
- Indicação de qualquer outra providência que não seja o relaxamento da prisão em flagrante, conforme critério 1.

Critério 1:

Afirma que a providência cabível é o relaxamento da prisão em flagrante.

(Obs.: a indicação de UMA ÚNICA providência que não seja o relaxamento da prisão em flagrante OU a não indicação expressa da providência a ser tomada pelo magistrado caracteriza eliminação, ou seja a resposta será sumariamente zerada.)

Pontuação máxima:
2,5

Critério 2:**JUSTIFICATIVA**

- a) Indica que a nulidade da prisão em flagrante ocorreu em virtude da não entrega da nota de culpa **E** da comunicação do juiz acerca da prisão no prazo de 24 horas (critério cumulativo).
- b) Indica que o uso de algemas foi equivocado, pois é incompatível com o princípio da presunção de inocência ou não culpabilidade.
- c) Indica que o uso de algemas somente se justifica se for demonstrada, de forma concreta, a periculosidade do agente ou o risco de segurança às pessoas.

Pontuação máxima:
6

Critério 3:**EMBASAMENTO LEGAL**

- a) Indica o art. 310, I do CPP, para o relaxamento de prisão em flagrante.
- b) Indica o art. 5º, inciso LVII da Constituição da República, para a presunção de inocência.
- c) Indica a Súmula Vinculante 11 do STF para o uso indevido das algemas.

Pontuação máxima:
3

Critério 4:

Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.

Pontuação máxima:
1

Pontuação máxima da questão: 12,5

06 - DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leia o texto abaixo.

M.D. reside em um pequeno condomínio fechado onde estão construídos 15 sobrados. Em 07 de março de 2021, J.P., morador do sobrado 12, estacionou o carro de forma que impedia a entrada de M.D. em sua própria garagem. M.D., em um ato impensado, golpeou o capô do carro de J.P. com uma enxada, o que rendeu a M.D. um termo circunstanciado pelo crime de dano (art. 163 CP). Na audiência preliminar para tentativa de conciliação, realizada em agosto de 2021, J.P., sem motivo justificado, não compareceu. Até o presente momento, os autos aguardam em cartório.

Em 05 de abril de 2021, M.D. foi acusada por A.R., moradora do sobrado 7, da prática do delito de violação de domicílio (art. 150, §1º CP). O fato foi levado ao conhecimento da autoridade policial e encaminhado ao Juizado Especial Criminal, estando designada audiência para o dia 14 de dezembro de 2021.

Há nos autos certidão que atesta que M.D. não se envolveu em outros fatos delituosos.

Diante da situação exposta, esclareça os seguintes questionamentos, indicando os fundamentos que embasam sua resposta (seu texto deve ter de 12 a 15 linhas):

- **Em relação ao primeiro fato (crime de dano), a vítima, que não compareceu à audiência preliminar para tentativa de conciliação, poderia retomar o processo? Sob quais argumentos?**
- **Em relação ao segundo fato (invasão de domicílio), quais são as possibilidades jurídicas para resolução do caso penal sem que haja a necessidade de instrução processual? Sob qual fundamentação?**

Critérios eliminatórios:

- Questão em branco.
- Qualquer tipo de identificação.
- Fuga à proposta.

Critério 1:

PRIMEIRO FATO – CRIME DE DANO

- a) Afirma que a vítima NÃO poderá retomar o processo, eis que se trata de crime de ação penal de iniciativa privada, onde a inércia da parte autora causa extinção da punibilidade.
- b) Afirma que o não comparecimento do noticiante na data da audiência acarretou a perempção.
- c) Indica que o não oferecimento da queixa no prazo de 6 meses da data do conhecimento do autor do fato acarretou a decadência do direito de ação.
- d) Justifica a sua resposta nos artigos de lei: arts 167 e 107, inciso IV, ambos do CP.

Pontuação máxima:

5,5

Critério 2:

SEGUNDO FATO – INVASÃO DE DOMICÍLIO

Afirma que existem 3 possibilidades para resolução do caso penal sem que haja a necessidade de instrução processual. Cita as hipóteses **E** suas justificativas (critério cumulativo):

- a) conciliação: prevista nos arts. 72 e 73 da Lei. Indica que a conciliação é um dos pilares básicos da Lei 9.099/95, objetivo principal a ser alcançado.
- b) transação penal: não alcançada a conciliação, o Ministério Público poderá propor a medida, desde que cumpridos os requisitos previstos no artigo 76 da Lei 9.099/95.
- c) suspensão condicional do processo: possibilitada pelo artigo 89 da Lei 9.099/95. É ofertada pelo MP caso não haja a possibilidade de conciliação ou de transação penal.

Pontuação máxima:

6

Critério 3:

Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.

Pontuação máxima:

1

Pontuação máxima da questão:

12,5

07 - PEÇA PRÁTICA

Leia o seguinte caso:

S.R.S., brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliado na Rua das Araucárias, n.º 20, Bairro das Amoreiras, na cidade de Floresta, estado do Paraná, primário e de bons antecedentes, encontra-se respondendo, atualmente, em liberdade, ao Inquérito Policial n.º 21/2021, por suposta prática do crime de roubo (art. 157, caput, Código Penal) contra a vítima C.P.R. No dia 13/03/2021, aproximadamente às 13h15min, nas proximidades do restaurante “Bom de Garfo”, S.R.S., verificando que a mochila da vítima C.P.R. estava entreaberta, aproxima-se dando-lhe voz de assalto “entrega o celular ou eu te furo”. A vítima C.P.R. rapidamente entrega o celular (marca Samsung, modelo Galaxy A9, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme Auto de Avaliação Indireta da fl. 21 do Inquérito Policial). No decorrer do Inquérito Policial, chegou ao conhecimento da Autoridade Policial, após ouvir os depoimentos da vítima C.P.R. e de duas testemunhas A.S. e B.C., que S.R.S. estaria rondando, em atitude claramente ameaçadora, o restaurante “Bom de Garfo”, local onde se deram os fatos e local de trabalho da vítima C.P.R.

Na condição de delegado(a) de polícia responsável pelo caso, represente à autoridade competente a decretação da prisão provisória cabível na hipótese apresentada. Seu texto deve ter de 55 a 70 linhas.

(Seu texto NÃO deve conter qualquer marca de identificação, portanto, para dados/nomes fictícios, utilize XYZ.)

Critérios eliminatórios:

- Questão em branco.
- Qualquer tipo de identificação.
- Fuga à proposta.

Critério 1:

Apresenta corretamente o endereçamento:
Excelentíssimo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Floresta - Paraná.

Pontuação máxima:
3

Critério 2:

Apresenta corretamente a qualificação das partes:
A Polícia Civil do Estado do Paraná, por meio do Delegado de Polícia que esta subscreve, lotado na Delegacia de Polícia de Floresta – Paraná.
E
S. R. S., brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliado na Rua das Araucárias, nº 20, Bairro das Amoreiras, na cidade de Floresta, Estado do Paraná.

Pontuação máxima
3

Critério 3:

Apresenta corretamente o nome da peça (Representação pela Decretação de Prisão Preventiva) e a fundamentação adequada (art. 144, § 4º, da CF88; art. 13, IV, 282, § 2º; art. 311, todos do CPP; e art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.830/2013).
OBS: Receberá nota zero neste critério o texto que NÃO apresentar corretamente o nome da peça, ainda que apresente algum ou todos os artigos da fundamentação.

Pontuação máxima
3

Critério 4:

Narra corretamente os fatos, fazendo retomada (paráfrase) de forma clara, objetiva, impessoal (sem posicionamento) e em 3.ª pessoa do singular.

Pontuação máxima
4

Critério 5:

Apresenta os fundamentos jurídicos da prisão preventiva:
I. Cabimento: art. 313, I, Código de Processo Penal.
II. Requisitos cautelares:
a) *Fumus Commisssi Delicti* (pressupostos: prova da materialidade e indícios de autoria);
b) *Periculum Libertatis* (art. 312 CPP por conveniência da instrução criminal).

Pontuação máxima
10

Critério 6:

Apresenta corretamente os pedidos:
I. Representar pela Prisão Preventiva de S.R.S.
II. Sem oitiva da parte contrária pela própria natureza da medida.
III. Manifestação do Ministério Público.

Pontuação máxima
3

Critério 7:

Apresenta corretamente o fechamento da peça:
Local e data.
Delegado de Polícia.

Pontuação máxima
1

Critério 8:

Utiliza corretamente o padrão culto da Língua Portuguesa. Apresenta técnica redacional, coesão e argumentação adequadas.

Pontuação máxima
3

Pontuação máxima da questão: 30